

# O PROGRAMA DE UM CANDIDATO DA OPOSIÇÃO

Do actor Rogério Paulo, recebemos o seguinte documento, que prontamente publicamos:

É pelo nível espiritual e cultural do seu povo, que melhor se pode engrandecer e fazer respeitar no mundo um país. Esta proposição é tanto mais nítida e imperiosa, tratando-se de um país de pequena extensão e de reduzido número de habitantes, como o nosso.

O respeito e admiração das chamadas «Grandes Potências», por uma nação económica e potencialmente mais fraca, é tanto mais firme, quanto mais elevado for o seu índice de Cultura humanística e estética e quanto mais reputados universalmente forem os seus intelectuais e artistas.

A Arte em geral e o Teatro em particular são os mais eficazes e objectivos difusores da Cultura. Ora é um caso público e demasiado debatido o da dramática situação do nível cultural português, e sobrelevando tudo o da trágica posição em que se encontra a totalidade das manifestações artísticas e mais concretamente o caos que o Teatro atinge em Portugal.

**«O problema do Teatro só num plano político nacional poderá ser encarado e resolvido»**

O problema da cultura portuguesa é um Problema Nacional. Assim a catastrófica situação do Teatro, como seu principal e mais objectivo veículo condutor, deixa de ser um assunto restritamente profissional para se transformar num problema eminentemente Nacional.

E porque a experiência me demonstrou a ineficácia das reclamações sindicais e dos protestos continuamente repetidos pela generalidade dos vultos mais proeminentes do Pensamento português, estou firmemente convencido que só num plano político nacional esse problema pode ser encarado e resolvido.

«Apenas quero, constitucionalmente, e num nível de elevação cívica e patriótica, num campo

## O ACTOR ROGÉRIO PAULO FALA DE TEATRO E JUSTIFICA A SUA ATITUDE POLÍTICA

das actuais entidades governativas, as quais se têm mostrado indeferentes e incapazes de deter a queda progressiva e mortal do Teatro no meu País, sem que lhes seja possível alegar ignorância nem desconhecimento dos problemas fundamentais que a originam.

Assim temos:

### a) O PROBLEMA DOS TEATROS

A pouco e pouco os teatros vão desaparecendo em Lisboa, sem que se vejam adoptar-se medidas destinadas a substituí-los. O último, vítima da urbanização camarária foi o Apolo. Existem actualmente uma escassa meia dúzia, mal apetrechados, e a sua maioria em condições económicas impossíveis de os tornar utilizáveis. Nem um Teatro Municipal se constrói na capital do País. Ao Estado cabe essa responsabilidade na medida em que não só não evita o

cober um Shakespeare, um Lorca, um Bernard Shaw ou um Miller (para só falar em alguns) a escreverem em Portugal pressionados pelas actuais condições de Censura portuguesa. A falta de produção nacional aí deve ir buscar a sua primeira causa. Não são meia dúzia de funcionários, na sua generalidade mal apetrechados para acompanhar uma evolução estética universal, que se podem arvorar em dissecadores do produto de mentalidades esclarecidas e de pensadores autênticos.

A ilustrar este capítulo chega a lembrança dum facto ocorrido há escassos meses e ao qual se referiram vários jornais diários nomeadamente os do Porto: — Foi autorizada, inesperadamente, a representação no extinto Apolo, por uma Companhia Brasileira do original de Jean-Paul Sartre, «A Respeitosas». Quando esta Companhia se dispunha a ir apresentá-la no Porto e nalgumas cidades da Província foi proibida de o fazer pela Inspecção dos Espectáculos.

### \*c) O PROBLEMA DOS ARTISTAS E RESTANTES PROFISIONAIS DE TEATRO

Possuímos uma Caixa de Previdência como manda a Orgânica Corporativa. Muito bem, vejamos o que acontece de facto. A Caixa de Reformas que absorveu as reservas duma Caixa de Pensões, não oficial, à data existente, está em «organizações» há mais de oito anos. O regulamento ainda não foi promulgado, mas os nossos descontos já são definitivos. Assim, um artista que hoje se pretenda reformar, receberá um subsídio que não poderá ultrapassar os 1.500\$00 mensais. Vários colegas meus, que deram o melhor do seu esforço à sua arte e consequentemente ao País arrastam hoje, velhos, cansados e docentes uma existência cheia de privações recebendo uns escassos 900\$00 mensais, numa altura

aos maiores esforços, digna como qualquer gente doutro sector social. Desemparrada, injuriada, lutando nas maiores incertezas, sem direcção e confiança no futuro pode cometer erros mas é suficientemente capaz de cumprir. Eu continuo sempre a ter uma grande honra em pertencer à tão injustamente caluniada «gente de teatros».

### d) CONSERVATÓRIO

O meu colega José Gamboa, no seu livro «A propósito do Teatro», publicado em 1949, diz judiciosamente a pág. 85: «Creio ter deixado bem patentes as vantagens de se frequentar o Conservatório no dia em que o seu programa seja séria, digna e rigorosamente exercido».

Aplauzo incondicionalmente, conhecedor como estou, apesar de o não ter frequentado, que o programa está muito longe de ser cumprido. Já não era mau se ao menos isso acontecesse. Mas mesmo esse programa, que data de 1913 está muito longe de corresponder às realidades estéticas e culturais de hoje.

Pergunte-se a um aluno que frequentou o Conservatório o que lhe ensinaram sobre Stanislavsky, Coquau, Gordon Graig. O que representou de Shakespeare, de Corneille, de Molière ou ainda de Wilder, O'Neill, Lorca ou Régio, para só citar nomes ao acaso. Pergunte-se-lhe o que inculcaram de ética profissional, de estética plástica e musical, numa expressão de preparação para a maravilhosa e extremamente responsável arte de interpretar Poetas.

Diz ainda José Gamboa no mesmo livro a páginas 76: «Canto Coral (obrigatório nos Liceus para os rapazes que desejam ser médicos, advogados, engenheiros, etc.) não o há na escola dos que desejam ser artistas de teatro!!!».

«É preciso dizer mais? Pode alegar-se ignorância?»

tro para Crianças não deve, porém, ir ao encontro das tendências infantis deformadas por defeituosa educação».

Apenas o ano passado se subsidiou uma Companhia para Teatro Infantil e fala-se em subsidiá-la este ano outra vez. Independentemente dos méritos das pessoas que a dirigem, essa Companhia será forçosamente de tipo comercial.

E a orientação estrutural do Teatro Infantil onde está?

As crianças de hoje são os espectadores de amanhã, e da sua formação estética e filosófica depende a sua posição na vida. Pergunto: resolve-se o magno problema apenas com uma Companhia subsidiada? Uma Companhia que dará espectáculos públicos. E as crianças camponesas? E os filhos dos operários? E os alunos das Escolas? E os filhos de pais abastados que residam no Porto, Braga ou Faro?

Esses continuarão sem espectáculos sérios, espectáculos que deveriam, quer economicamente quer no aspecto formal, ser-lhes destinados.

### f) O PROBLEMA DOS ESPECTADORES

Será que se pode exigir à população portuguesa nomeadamente à da Província, audiência ao Teatro, e compreensão dum repertório elevado e actual? Eu creio firmemente que não. Por que estranha causa um Povo que tem como fontes habituais de recreação espiritual filmes estrangeiros na sua maioria tristemente inferiores, os programas radiofónicos de cultura embranquecida por vários detergentes, os livros de capa mais ou menos azul, e as literaturas futebolísticas haveria de se interessar por peças de nível intelectual elevado? Por que estranho milagre um indivíduo da classe média ou trabalhadora que ganha 600, 1.000 ou 1.500 escudos por mês poderia arranjar verba para comprar bilhetes a 20, 30 ou 50 escudos? A culpa não é deles nem do Teatro. À parte as situações económicas a encarar impõe-se uma imediata Campanha Nacional de Cultura.



Rogério Paulo



mente, e num nível de elevação cívica e patriótica, num campo estritamente legal e construtivo, bater-me pela criação de uma verdadeira Cultura e pela restauração e dignificação do Teatro»

Como tal entendi aceitar a minha candidatura, que me foi proposta por um grupo de jovens de inegável boa vontade e desejosos de lutarem, como eu, por um bem comum, e sem obedecer a quaisquer objectivos partidários. Totalmente independente, avesso a lutas «polítiques», não pretendo nem me norteia qualquer intenção de fazer «políticas». A actividade política deve ficar para os que fazem dela a inspiração da sua vida. Eu apenas quero, constitucionalmente e num nível de elevação cívica e patriótica, num campo estritamente legal e construtivo bater-me pela criação de uma verdadeira Cultura, e pela restauração e dignificação do Teatro. Sou actor, e repudio todas as afirmações de que um actor deve pensar unicamente em interpretar as peças que lhe confiam. Antes de ser actor sou homem, cidadão português, no pleno uso dos meus direitos cívicos, e como tal com direitos e deveres para com a minha Pátria e para com o Povo a que pertenço. Não posso portanto assistir mais tempo, passivamente ao malogro da profissão e da Arte a que dediquei toda a minha vida. Aliás são estes os objectivos que norteiam os meus colegas de lista, na sua maioria profissionais, e não políticos.

**«Podem perguntar-me porque escolhi uma lista oposicionista e responderei que...»**

Podem perguntar-me o motivo por que escolhi uma lista oposicionista uma vez que pretendia debater problemas e contribuir para a sua resolução. A isso responderei que, todos os artigos que têm sido publicados, todas as reclamações que têm sido apresentadas e não satisfeitas, a própria decadência do Teatro, são elementos demonstrativos de que terei de estar em oposição aos actos

seu desaparecimento enquanto outros não surgem como ainda não facilita a construção de novos.

Mas ainda que, por pura audácia quixotesca, se formasse uma Companhia mesmo sem teatro permanente, destinada a percorrer a Província ninguém ignora que a dificuldade de formar um itinerário é cada vez maior. Os empresários dos Cine-Teatros da Província e do Porto, ao abrigo de uma lei que lhes permite retribuir a dinheiro, a obrigação de apresentarem teatro uns tantos dias por ano, negam-se a fazê-lo. E negam-se porque a quantia é demasiado leve e preferem pagar a dar teatro. Ora a lei não deveria permitir essa possibilidade. Deveria, outrossim, obrigar pura e simplesmente a facultarem os Teatros, quando requisitados pelas Câmaras Municipais, em condições acessíveis para servirem às companhias teatrais que se apresentassem, independentemente da marcação rígida do número de dias destinados a teatro. Isto evidentemente enquanto as Câmaras Municipais não construísem os seus teatros privativos. Até porque, por outro lado, e dado o número insignificante de companhias actualmente existentes é fácil acontecer ser materialmente impossível preencher esses dias, e então não é justo nem humano obrigar os proprietários dos Cine-Teatros a pagarem uma espécie de multa por um facto de que não são directamente responsáveis.

#### b) O PROBLEMA DA CENSURA

Em 8 de Fevereiro de 1948 «Sir» Stafford Crips, chanceler do Tesouro britânico declarava numa conferência perante os meios teatrais britânicos, sobre as relações entre o artista e o Estado o seguinte: «Toda a tendência para directa ou indirectamente ensinar ou exercer censura sobre o artista deve ser evitada. O artista deve ser encorajado, devendo dar-se-lhe confiança e oportunidade para que possa exercer a sua influência sobre a civilização».

Não é necessário argumentar largamente acerca deste problema. Sem liberdade de Pensamento não há Criação artística. Não se pode con-

cheia de privações recebendo uns escassos 900\$00 mensais, numa altura da sua vida em que o auxílio médico e o conforto mais se fazem sentir.

Falar da Caixa de Previdência seria longo e ocioso. Os factos estão à vista, para quem os quiser ver, e os números patentes a quem os queira consultar. Nem sequer existe uma Casa de Repouso para Artistas e outra para Técnicos à semelhança do que se verifica em todos os países civilizados.

Mas poder-se-ia objectar, que a situação económica dos artistas é tão folgada que lhes permitirá cuidar da sua velhice. Mas nem isso é verdade. A época teatral é de oito meses, mesmo no Teatro do Estado. Nenhum artista ganha o suficiente em oito meses para viver tranquilamente, e ainda formar reservas, em doze. É certo que durante os quatro meses de Verão qualquer artista pode arranjar outro contrato. Mas mais uma vez os exemplos são concludentes: durante o Verão que agora acabou apenas duas Companhias estiveram em actividade nunca em Lisboa. Eu fiz parte duma delas o que demonstra a minha total isenção pessoal, ao fazer estas afirmações.

O aspecto do artista jovem, recém-saído do Conservatório é desolador. Muitos jovens nunca chegaram a aceitar as suas carreiras, porque nunca encontraram ambiente, porque nunca ninguém os chamou até pela abundância de actores em relação às companhias existentes. Esses jovens viram frustradas, aos dezoito ou vinte anos as suas mais legítimas aspirações. Enveredaram por outras ocupações e quem sabe o que o País perdeu com a sua renúncia.

A situação das «coristas» é quase de trabalho escravo. Ganham 900\$00 a 1.200\$00 mensais e trabalham duramente, sem qualquer protecção, pois como os seus nomes não andam nas asas da fama estão sujeitas a ser despedidas à menor reclamação que apresentem.

Nestas circunstâncias pode assucar-se a responsabilidade das suas próprias vidas à «gente de teatro»? Não! Daqui protesto veementemente. A «gente de teatro» com maiores ou menores defeitos, aliás humanos, é boa capaz de se sacrificar, pronta

se ignorância.»

#### e) O PROBLEMA DO TEATRO INFANTIL

Diz o escritor e jornalista Redondo Júnior no seu livro «Pano de Ferro», publicado em 1955, a pág. 205, o seguinte: «Desde que o Teatro para Crianças esteja subordinado às exigências de uma exploração industrial, não pode corresponder aos objectivos transcendentais que deviam orientá-lo». E mais adiante: «O Tea-

## ROLÃO PRETO EXPÕE AS RAZÕES QUE O LEVARAM A DESISTIR...

É do teor seguinte a carta enviada pelo dr. Rolão Preto ao nosso prezado colega «Diário de Lisboa»:

«Sr. director — Convidado a candidato a deputado independente por Lisboa, tinha aceiteado o generoso convite de alguns amigos condicionando, porém, a minha aceitação de garantias de fiscalização das urnas que se esperavam e não se obtiveram.

Assim, como outros candidatos por Lisboa e por idênticas razões, desisti.

Tendo sido, entretanto, levada ao sr. Presidente da República uma representação no sentido de serem dadas ao acto eleitoral as garantias que em toda a parte são fundamentais para que esse acto possa traduzir lealmente a expressão do eleitorado, e, não tendo podido assinar essa representação por me encontrar fora de Lisboa, venho pedir a V. o subido favor de permitir que, no seu jornal, seja consignado o meu desejo de apoiar a referida representação a que junto a minha esperança de bom êxito.

Creia V. no, etc.—Rolão Preto».

#### g) O PROBLEMA DAS EMPRESAS

Hoje em dia formar uma Empresa de Teatro declamado é empreender uma perigosa aventura. Resta aos indivíduos que o tentarem um de dois caminhos: ou requerer um subsídio, que em qualquer caso só poderá beneficiar um dos requerentes, ou tentar o empreendimento por sua própria conta e risco. Se ao que lograr o auxílio do Fundo a sua perspectiva é a de um trabalho árduo e quase isolado, tentando vencer uma indiferença geral que está na ordem lógica dos factos que determinam o presente estado de coisas, ao que o tiver de o fazer sem qualquer auxílio só restará uma vida de permanente sobressalto. Os impostos cifram-se em mais de 1.000\$00 diários, as rendas e alcavalas dos teatros atingem alguns milhares de escudos também diários.

É isto o auxílio a uma Arte moribunda?

Os factos respondem por si.

#### h) O PROBLEMA DO FUNDO DO TEATRO

O Fundo do Teatro longe de estruturalmente poder resolver o problema é apenas uma fraquíssima panaceia. Subsidiaram-se na época transacta (e eu já nem quero discutir a justiça da atribuição desses subsídios) duas Companhias em Lisboa, normais, outra do Teatro Infantil e outra no Porto de Teatro Experimental. Isto apenas durante oito meses. Atribuiu-se mais um subsídio a uma Companhia itinerante, e a outra destinada à divulgação de Teatro pelo Povo, esta apenas durante quatro meses.

Pergunto: será que de algum modo isto é uma solução? O problema fica da mesma forma de pé. A Companhia que se destina a divulgar o Teatro pelo Povo, embora a considere uma realização a todos os títulos justíssima, por si só não chega. Tem apenas três meses de utilização prática. Precisariam de ser pelo menos

(Continua na pág. 23)



...a regra geral do artigo 148.º do actual Código de Processo Civil e a regra especial que fixa o prazo que exclui expressamente da contagem dele, no caso do artigo 12.º do decreto n.º 37.570, o dia da eleição, primeiro dia do prazo que já a lei geral não permitia contar.

E como, no caso em apreciação, o trigésimo dia anterior ao da eleição é o dia 4 de Outubro e a lei permite a apresentação de candidaturas até esse dia, temos de concluir que, pelo significado de inclusão insite na preposição usada, esse dia se encontra ainda incluído, encerrando-o, no prazo concedido para aquela apresentação.

Discorda o senhor governador civil dizendo que, se o entendimento expresso pelo reclamante fosse o acertado «ontra teria sido a expressão usada».

É pena, sómente, que a não haja indicado ou sugerido, na sequência da atitude assumida ao não fundamentar devidamente a decisão reclamada.

Resta, porém, apreciar um último ponto de ordem jurídica e que é o de determinar quem beneficiava do prazo fixado.

Quando a lei processual civil designava, no artigo 125.º do revogado decreto n.º 21.287, o prazo para a impugnação dizendo que a mesma poderia ser feita até três dias antes do julgamento, qualquer dúvida existente sobre a contagem deste prazo tinha de tomar em consideração que ele se encontrava fixado a favor do impugnante.

Quando, presentemente, a lei

reconhecidos como elegíveis pela lei.

Sendo assim, qualquer dúvida levantada no caso vertente, cuja existência se admita sem transgír, teria de ser esclarecida, além do mais, com esta ideia, o que faria alongar o prazo concedido e não encurtá-lo.

### III — O presente recurso tem uma natureza política

A decisão reclamada apresenta-se com um nítido fundo político.

Faz-se esta afirmação em face da interpretação da lei efectuada em 1949 pela Direcção Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior.

Assim pode ler-se no Annário da Direcção Geral de Administração Política e Civil, 42.º ano, páginas 435, uma circular emanada da mesma Direcção Geral, em 10 de Outubro de 1949, dizendo o seguinte:

«Tenho ainda em vista eliminar frequentes dúvidas que se verificavam na interpretação dos preceitos sobre eleições e facilitar o exercício do direito de voto, permito-me chamar a atenção de V. Ex.ª para as formalidades a cumprir no que se refere à próxima eleição dos deputados à Assembleia Nacional fixada para o dia 13 de Novembro:

a) A apresentação das candidaturas será feita perante os governadores civis, nos termos dos artigos 12.º e 13.º do decreto-lei n.º 37.570, até ao dia 14 do corrente;

...»  
Ora, se se dizia que a apresentação de candidaturas podia ser feita até ao dia 14 de Outubro, estando a eleição marcada para 13 de No-

...obrigar o senhor governador civil deste distrito no sentido de considerar útil para a apresentação de listas de candidatos o 30.º dia anterior ao da eleição.

Porque não succedeu assim? Por em 1949 se saber que não seriam apresentadas candidaturas por Lisboa além das incluídas na

## O PROGRAMA DE UM CANDIDATO

(Continuação da 24.ª pág.)

duas, durante todo o ano que dividiriam a sua actividade entre o Norte e o Sul do País.

O Fundo do Teatro é mais uma das muitas medidas que nada resolvem na sua base. O Teatro não precisa de «Assistência Pública», mas sim de condições para viver realmente forte e estruturado em princípios sólidos, e apto a cumprir a sua missão altamente civilizadora.

Os temas estão equacionados ainda que só os mais prementes, reais, palpáveis, positivos.

Se eu lograsse entrar na Assembleia Nacional bater-me-ia pela promulgação das seguintes medidas:

— Criação dum Plano Nacional de Divulgação da Cultura abrangendo o Teatro, o Cinema nacional, os programas da Radiodifusão, a criação de bibliotecas de literatura válida até nos mais pequenos centros populacionais, a promoção de palestras culturais e de exposições de Artes Plásticas, a introdução dos estudos preliminares de Arte nos Liceus e Escolas Técnicas.

— A construção de Teatros Municipais administrados pelas Câmaras

ção dirigido por um técnico competente mesmo estrangeiro, destinado a alunos e a actores que porventura quisessem completar a sua formação como encenadores.

— Promulgação de um Decreto estruturando e dando corpo a um Teatro destinado a crianças, depois de ouvida uma Comissão formada por individualidades especializadas no problema infantil.

— Criação de Núcleos nas Escolas pulacionais e inteiramente gratuitos, pulacionais e inteiramente gratuitos. Dar-se-ia assim uma progressiva consciencialização estética que iria acompanhando a criança na sua evolução desde as primeiras letras, independentemente da sua condição social ou das suas possibilidades financeiras.

— Abolição dos diversos impostos e criação dum imposto único de Teatro que incidiria sobre o preço dos bilhetes vendidos, jogando assim o Estado nos sucessos ou reverses das Empresas, ao contrário do que agora sucede em que independentemente do número de espectadores os impostos mantêm-se.

— Fixação do custo de arrendamento dos teatros, abolição dos cativos e nessa sequência, fixação, con-

...o senhor general Ferreira Martins.

3.º — Devem observar-se os termos dos artigos 20.º e 21.º do decreto n.º 37.570, requisitando-se o processo eleitoral ao Governo Civil de Lisboa.

JUNTA: Duas certidões eleitorais, procuração forense, duplicado e cópia.

O ADVOGADO,

a) Manuel Sertório

dos bilhetes de forma a que se tornassem acessíveis a todas as camadas de público.

— O desenvolvimento e ajuda do movimento cine-clubista, dos teatros experimentais e de todas as realizações de carácter cultural.

— A realização de festivais internacionais de Arte anuais, susceptíveis de trazer ao nosso País as diversas representações mundiais, contribuindo para uma maior aproximação entre os povos, para uma mais firme evolução cultural do Povo português e para um maior prestígio da Pátria de todos nós.

\*

São estes em síntese e abordados superficialmente em virtude da natureza do documento, os problemas pelos quais me proponha bater na Assembleia Nacional.

Encarando o conjunto de problemas facilmente se conclui, que não podem ser debatidos, nem no Sindicato dos Artistas, nem na União dos Grêmios dos Espectáculos, nem na Sociedade de Autores, porque qualquer destes organismos não pode abranger o campo total de divulgação da Cultura. Só um debate na-



Quando, presentemente, a lei processual penal fixa para o queixoso o prazo em que este se pode constituir parte assistente dizendo que o poderá fazer até cinco dias antes do marcado para julgamento, o prazo encontra-se fixado a favor do queixoso.

Ora, quando a lei eleitoral fixa o prazo para a apresentação de candidaturas não o faz em atenção

a a eleição marcada para 13 de Novembro seguinte, é óbvio que o trigésimo dia anterior ao da eleição era considerado como o último dia de prazo para aquela apresentação.

No caso presente, o trigésimo dia anterior ao da eleição é o dia 4 de Outubro, e nessa data foi apresentada a lista não admitida.

A circular atrás citada represen-

## COMUNICADO DA U. N.

(Continuação da 9.ª pag.)

dirigentes do Partido Monárquico. Também apontam entre os mesmos distúrbios os crimes do 19 de Outubro, em que foram mortos Machado dos Santos, ministro de Sidónio, Carlos da Maia, ministro do Sidónio, o coronel Vasconcelos, soldado de Sidónio, António Granjo, defensor duma política de pacificação, contrária às tendências do Partido Democrático, e outros, todos eles bem definidos em orientação que facilita o indício dos assassinos — apesar da manobra miserável em que os responsáveis, de braço dado com o «dente de ouro», procuram limpar-se do sangue em que se atascaram para sempre e sem que torpes habilidades os possam limpar.

c) Que os opositoristas são acusados de querer retrogradar o País às desordens antigas (o que se conclui claramente da sua defesa dos tempos e da política em que se deram as mesmas desordens) e de se aliarem com os comunistas (o que se conclui das próprias comissões de apoio à candidatura e da falta de discrição em que desta vez os «vermelhões» logo de início se denunciaram).

d) Que enquanto o nível de vida desce cá dentro, o nome de Portugal rejuvenesce lá fora, como se demonstra pelo número incalculável de franceses que nos procuram turisticamente! Em primeiro lugar, é falso que o nível de vida tenha desido em Portugal. Os candidatos da oposição é que estão esquecidos do baixo nível de vida do País em 1926. Esquecem-se do que faltava então

em estradas, em escolas, em abastecimento de água e luz às povoações, no teor da alimentação, em construções de hidroelectricidade, em colonização interna, em fomento na Metrópole e no Ultramar.

Em segundo lugar, o número de franceses que nos procuram turisticamente não é incalculável. É mais do que calculável: é conhecido. Tão conhecido como o dos portugueses que vão ao estrangeiro em viagem de turismo. Experimentem os candidatos da oposição procurar honestamente esses números, que estão publicados, e dizê-los ao eleitorado, estendendo a mão à palmatória.

Já agora, para terminar, e uma vez que o manifesto fala em franceses, lembramos este caso aos candidatos do Porto:

Conta Raymond Poincaré nas suas Memórias que, em 1917, quando era Presidente da República francesa, o ministro de Portugal em Paris, João Chagas, manifestara o desejo de visitar as trincheiras, ao que Barthou, então presente, observou: — O senhor julga que isso é tão fácil como fazer uma revolução em Portugal?

E mais outra:

Em 1926, o sr. Tardieu, Presidente do Governo francês, dizia em pleno parlamento de Paris, para exprimir o máximo da degradação a que a França podia chegar: «*Nous voilà tombés au dessous du Portugal!*»

Aos turistas franceses, os candidatos opositoristas preferem, por certo, estes comentários a respeito do nosso País. Que triste gente a oposição apresenta!

cipais, administradas pelas Câmaras Municipais, que pudessem ser cedidos às Companhias que desejassem percorrer o País. Formar-se-ia assim, no Continente e no Ultramar o que se poderia chamar a Rede dos Teatros Municipais.

— A permissão, tantas vezes reclamada da construção de Teatros nos baixos dos prédios de rendimento à semelhança do que se faz em todo o Mundo.

— A revisão total da Lei que determina a construção dos Teatros, a qual decretada no tempo em que as iluminações eram a acetilene ou gás, está hoje desactualizada e deslocada na época.

— O alargamento do âmbito de acção e do número de teatros itinerantes destinados ao Povo.

— Abolição da Censura. Uma vez que existe uma Lei que condiciona a entrada de menores em espectáculos públicos, apenas à semelhança do que se passa em todos os outros países, existiria uma fiscalização destinada a reprimir abusos pouco edificantes.

— Medidas de protecção eficazes dos Artistas e dos restantes Profissionais de Teatro, como sejam: ordenados equitativos; reformas actualizadas e em proporção com a cota elevada que os profissionais em actividade descontam; a criação de uma Companhia paga pelo Estado, adstrito ao próprio Conservatório, dirigida por professor competente, e que se destinaria unicamente aos alunos recém-formados, que teriam assim recursos financeiros de subsistência, ao mesmo tempo que completariam praticamente a sua preparação técnica até que as Empresas os fossem buscar.

— Criação da Casa de Repouso dos Artistas.

— Formação imediata duma Comissão constituída por pessoas idóneas e qualificadas para rever o programa de ensino do Conservatório Nacional.

— Revisão do Corpo Docente de molde a ser garantida a aplicação desse programa.

— Criação de um Conservatório no Porto.

— Criação dum Curso de encena-

tivos, e nessa sequência, fixação, condicionada por tabela oficial, do custo

## EM CASTELO BRANCO

(Continuação da 22.ª pag.)

não está completa, é a maior garantia de que «a Revolução continua.»

«A Oposição reproduz, apenas, anseios que para nós são já maravilhosas conquistas» — salientou André Navarro

A encerrar a sessão, o eng.º André Navarro louvou os discursos que preencheram a sessão e o entusiasmo patriótico do auditório e entendeu que não devia fazer mais do que «deixar falar a voz do coração» e também «a do sentimento reconhecido de um, entre milhares, cujo pensamento e estíquio da mesma alma — essa alma nacional, que nunca deixa de palpitar em uníssono, no dobrar de capitulo para capitulo da longa jornada de oito séculos. E disse sentimento reconhecido ao Criador pela benesse concedida denos ter dado ser viventes quando Portugal, nesta Europa arruinada pelos estragos de doutrinas dissolventes, percorre uma nova e extraordinária Renascença, levando o Mundo culto, de novo, a considerar na sua verdadeira grandeza, a Nação cuja comunidade espiritual abraça hoje, como ontem, continentes».

E, depois de fazer o elogio de Salazar e da sua obra, o eng.º André Navarro, a terminar, frisou: «Para que dizer mais se a própria Oposição, aquela disposta a votar, embora com os dinamismos das suas comissões de voto, nos apresenta programa de acção que, fora os inevitáveis desvios derivados da matriz comunista que a lançou, reproduz, apenas, anseios que para nós são já maravilhosas conquistas ou então admiráveis realidades em marcha?»

Por isso apenas, e para terminar, direi, com a pensamento em Deus, eu, nós, a Nação, a Comunidade, a Civilização que encarnamos, roga a Deus, saúde e longa vida para Salazar.

Vicça Salazar!»

abrançar o campo total da divulgação da Cultura. Só um debate nacional, só a promulgação de novas Leis pode resolver os seus múltiplos aspectos e estruturar uma nova orientação.

É possível que este comunicado não esteja redigido nos termos normalmente empregados nos comunicados políticos. Mas como eu não sou político, nem pretendo ser, não tenho nada que conhecer esses termos.

«Eu aqui estou. Os problemas também. É querer resolvê-los»

Se esta candidatura não é de carácter eminentemente construtivo, então não sei qual o valor dessa palavra.

Podem dizer-me que estou numa lista de carácter político e acusarem-me de imensos objectivos políticos... Mas eu responderei que não aceito os argumentos por demasiado estafados. Quero factos concretos.

Sou jovem, e aos jovens repugna a retórica. Nascido em 1927 não me cabe qualquer responsabilidade nos regimes anteriores, aos quais nem sequer assistí, nem me podem imputar culpas no que actualmente existe.

Sou jovem, repito, amo a minha profissão e o Povo ao qual pertence. Como existem milhares de jovens ansiosos de Saber, de Paz, de Amor, aptos a lutar por um Portugal unido, sem ódios, progressivo e grande.

Esses jovens não podem ser ignorados.

Eu aqui estou. Os problemas também. É só querer resolve-los.

Eu continuarei tal como estou, jovem e apto a lutar pela minha Arte, desejoso de Paz e Concordia para todos e sobretudo com a maior recompensa a que posso aspirar: a consciência do Dever cumprido.

Pensarei sempre como Shakespeare no seu «Romeu e Julieta»:

«Fronteiras de pedra não conseguem deter o Amor».

ROGÉRIO PAULO